

<b>Processo nº:</b>	TC-10510.989.23-9 (recurso do TC-7190.989.20-2)
<b>Prefeitura Municipal:</b>	Cerquillo
<b>Prefeito (a):</b>	Aldomir José Sanson (01/01/2021 a 29/08/2021) José Roberto Pilon (30/08/2021 a 31/12/2021)
<b>Exercício:</b>	2021
<b>Matéria:</b>	Recurso Ordinário

## RELATÓRIO.

Em exame recurso ordinário, interposto pelo Município de Cerquillo, por sua Procuradoria Jurídica, em face do parecer prévio **favorável** às contas anuais do exercício de 2021 da Prefeitura de Cerquillo.

Parecer publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (DOE-TCESP) em 27/04/2023 (TC-7190.989.20-2, evento 110.1), recurso interposto em 11/05/2023 (evento 1.0).

Vêm os autos com vista ao Ministério Público de Contas para oficiar como fiscal da ordem jurídica.

É o relatório.

## PRELIMINARES.

### Da fungibilidade.

De início, anota-se que o recorrente interpôs pedido recursal intitulado de 'recurso ordinário' (evento 1.1), embora o mais adequado à situação seria a interposição de pedido de reexame (do parecer prévio emitido sobre as contas da administração financeira dos Municípios somente caberá pedido de reexame, art. 70 da Lei Complementar Estadual 709/1993<sup>1</sup>).

<sup>1</sup> LCE 709/1993, art. 70. Do parecer prévio, emitido sobre as contas do Governador ou sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, somente caberá pedido de reexame, que terão efeito suspensivo. Parágrafo único - O pedido a que se refere este artigo será apresentado ao Conselheiro Relator do feito e, após instruído na forma do Regimento Interno, será apreciado pelo Tribunal Pleno.



Todavia, pelo princípio da fungibilidade, expressamente previsto no art. 54 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas<sup>2</sup>, e dada a tempestividade da irresignação (30 dias úteis da publicação do julgado no Diário Oficial, art. 71 da Lei Complementar Estadual 709/1993<sup>3</sup> c/c art. 219, *caput*, do Código de Processo Civil<sup>4</sup>), o pedido pode ser recebido como se pedido de reexame fosse.

Registre-se que a publicação de julgados no DOE-TCESP, iniciada em 08/12/2022 (conforme Comunicado 80/2022), segue o disposto na Resolução 12/2022 que, entre outras disposições, deu nova redação ao art. 207 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas<sup>5</sup>, diferenciando a data da disponibilização da data de publicação do Diário Oficial Eletrônico.

### Do interesse recursal.

Embora seja discutível a existência de interesse recursal no caso de emissão de parecer prévio **favorável**, este Ministério Público de Contas entende que este requisito de admissibilidade deve ser analisado caso a caso.

Além de recomendações, o parecer prévio em questão contou com determinação de expedição de ofício “à Câmara Municipal de Cerquillo e ao D. Ministério Público Estadual, com cópias dos autos, para ciência e eventuais providências que entender cabíveis em relação aos apontamentos constantes do item B.1.11. “Subsídios dos Agentes Políticos” do Relatório de Fiscalização” (TC-7190.989.20-2, evento 99.1, fls. 01).

No corpo do voto do conselheiro Relator, o tema assim foi tratado:

*“Concernente aos apontamentos de pagamento a maior aos Secretários Municipais e ao Assessor Jurídico, em razão da incidência de quinquênios, sextas partes, abonos e adicionais decorrentes dos cargos efetivos ocupados pelos mesmos, considero a prática irregular em razão da vedação constante no artigo 39, §4º, da Constituição Federal. Embora não configure falha suficiente para prejudicar as contas em apreço, cabem recomendações à Prefeitura para que adote*

<sup>2</sup> LCE 709/1993, art. 54. Salvo hipótese de má-fé, o interessado não será prejudicado pela interposição de um recurso por outro, desde que respeite o prazo do recurso cabível.

<sup>3</sup> LCE 709/1993, art. 71. O pedido de reexame poderá ser formulado, somente uma vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Parecer no Diário Oficial.

<sup>4</sup> CPC, art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

<sup>5</sup> RITCESP, art. 207. Os prazos contar-se-ão da publicação dos atos, despachos, decisões, do recebimento da carta de ofício ou notificação, quando previstas, e demais exceções legais. (NR) [artigo com nova redação dada pela Resolução 12/2022]

§1º. Na contagem dos prazos, salvo disposição em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

§2º. Nos processos eletrônicos, o prazo encerra-se às 23 horas, 59 minutos e 59 segundos do dia do término.

§3º. Os dias do começo e de vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com sábados, domingos e dias de suspensão total ou parcial do expediente na sede do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, definidos em Atos e Comunicados da Presidência.

§4º. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial Eletrônico, devendo a contagem do prazo iniciar-se no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação, observada a regra do parágrafo anterior.

§5º. Na contagem de prazos processuais em dias, estabelecidos por norma, Auditor ou Conselheiro, computar-se-ão somente os dias úteis



*medidas destinados à correção da impropriedade, bem como a remessa de cópia dos autos à Câmara Municipal de Cerquilha e ao D. Ministério Público Estadual, para ciência e adoção de providências cabíveis, nos termos consignados na Resolução nº 08/2020, SEI nº 11209/2020-5 deste E. Tribunal.” (nota de rodapé suprimida)*

No caso concreto, o recorrente se insurge não apenas contra a comunicação dos fatos à Câmara Municipal e ao Ministério Público, mas contra a própria afirmação que tais pagamentos seriam irregulares.

Ou seja, no âmbito recursal, busca o recorrente que seja afirmada a regularidade de tais pagamentos, avistando-se, no caso concreto, utilidade em eventual provimento do pleito recursal.

Assim, interposto dentro do prazo legal, por parte legítima e com interesse recursal, deve ser **conhecido** o recurso.

## MÉRITO.

No mérito, em que pesem as assertivas recursais, não há como acolher as pretensões de modificação do parecer guerreado, devendo ser mantido, na sua integralidade, por seus próprios fundamentos.

O parecer **favorável** às contas de 2021 da Prefeitura de Cerquilha recebeu a seguinte ementa:

*“CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ENSINO. APLICAÇÃO INSUFICIENTE. ARTIGO 119 DO ADCT. RELEVAÇÃO. DEMAIS FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. RECOMENDAÇÕES. PARECER FAVORÁVEL” (TCE-SP, 2ª Câmara, TC-7190.989.20-2, Rel. Cons. Renato Martins Costa, j. 04/04/2023)*

Como dito, além de recomendações, no parecer prévio contou com determinação de expedição de ofício “à Câmara Municipal de Cerquilha e ao D. Ministério Público Estadual, com cópias dos autos, para ciência e eventuais providências que entender cabíveis em relação aos apontamentos constantes do item B.1.11. “Subsídios dos Agentes Políticos” do Relatório de Fiscalização” (TC-7190.989.20-2, evento 99.1, fls. 01).

O recurso interposto se insurge no intuito de serem julgados legais “os valores recebidos por servidores públicos ocupantes de cargos de Secretários e assemelhados, em respeito ao princípio da boa-fé, deixando de exigir a devolução dos valores, bem como, não aplicando qualquer sanção aos envolvidos” (evento 1.1, fls. 02).



A despeito do quanto alegado, foi constatado pela diligente Fiscalização deste Tribunal de Contas que Secretários Municipais estariam recebendo quinquênios, sextas partes e anuênios, em nítida afronta ao art. 39, §4º, da Constituição Federal<sup>6</sup> (item B.1.11 do relatório da Fiscalização - TC-7190.989.20-2, evento 48.31, fls. 16/18).

Caberia à legislação local garantir à possibilidade que eventuais servidores públicos nomeados Secretários pudessem optar por sua remuneração de origem ou pela remuneração por subsídio; o que não se admite, entretanto, é a “mescla” dos dois sistemas remuneratórios, como ocorrido no caso dos autos.

Por fim, quanto à alegação de que “o atual gestor José Roberto Pilon, agindo no dever de ofício e de modo a demonstrar o respeito aos entendimentos esposados por este i. Tribunal determinou a adequação dos valores recebidos pelos Secretários e assemelhados ao teto estabelecido em Lei, de modo a aguardar o deslinde do presente”, nada restou demonstrado documentalmente nos autos. Ademais, ainda que houvesse posterior correção, não influiria no quanto já constatado nos autos em relação ao exercício em exame, dado o princípio da anualidade.

## CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, na qualidade de fiscal da ordem jurídica, manifesta-se pelo **conhecimento** do ‘recurso ordinário’ como se pedido de reexame fosse (conforme a fungibilidade admitida pelo art. 54 da Lei Complementar Estadual 709/1993) e, no mérito, pelo **não provimento**, mantendo-se, assim, inalterada a decisão recorrida.

É o parecer.

São Paulo, 17 de novembro de 2023.  
RAFAEL NEUBERN DEMARCHI COSTA  
Procurador do Ministério Público de Contas

/MPC

<sup>6</sup> CF, art. 39, §4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

